



# Programa Eleitoral Autárquicas Lagos 2025

## ÍNDICE

<b>2. Principais linhas estratégicas:</b>	<b>1</b>
<b>2. Identificação dos problemas mais prementes do Concelho</b>	<b>1</b>
Habitação e Turismo	1
Planeamento e urbanismo	6
Transportes e Mobilidade	10
Gestão da água, agricultura e florestas, e conservação da natureza e biodiversidade	18
Diversificação Económica	21
Cultura, arte e jornalismo	23
Educação e desporto	25
Saúde	27
Proteção civil	28
Ética e bem estar animal	29
Transparência e eficiência autárquicas	29

# 1. Principais linhas estratégicas:

[Habitação e Turismo](#)

[Planeamento e urbanismo](#)

[Transportes e Mobilidade](#)

[Gestão da água, agricultura e florestas, e conservação da natureza e biodiversidade](#)

[Diversificação Económica](#)

[Cultura, arte e jornalismo](#)

[Educação e desporto](#)

[Saúde](#)

[Proteção civil](#)

[Ética e bem estar animal](#)

[Transparência e eficiência autárquicas](#)

## 1. INTRODUÇÃO

O Concelho de Lagos situa-se próximo da Ponta de Sagres, mas ainda na costa sul de Portugal, banhado por um Atlântico já a puxar ao Mediterrâneo, com águas bastante calmas, onde é possível fazer kayaks, canoagem e vela durante o verão, e bastante quentes, por comparação com a costa oeste, logo ali, paraíso de surfistas, mas de águas bem mais frias e agitadas. Conta com uma linha de costa paradisíaca, de falésias entrecortadas por praias de areias brancas, que produzem paisagens de cortar a respiração. Tem ainda a visita bastante constante de cetáceos, os golfinhos adoram brincar junto aos barcos que vão encontrando e por vezes avistam-se mesmo baleias.

Todas estas características fazem do Concelho um constante chamariz para turistas que entram aos milhares todos os dias, durante a época balnear, e residentes estrangeiros muito ricos, ou cujas reformas rendem cá muito mais que nos seus países de origem. Em consequência, o Concelho foi tomado de assalto pelos estrangeiros, encontra-se muito gentrificado, e deixou há já algum tempo de ter capacidade de suporte para os residentes portugueses e estrangeiros com salários 'à Portuguesa'. Em consequência disto, há uma enorme falta de mão de obra e de quadros qualificados, que fogem da região devido ao seu elevado custo de vida, o que significa que estruturas governamentais como hospitais, escolas, e serviços públicos em geral, se debatem com falta de quadros, levando a uma situação deficitária crónica e ao mau funcionamento dos serviços, por falta de pessoal. Esta situação agrava-se no verão quando a população cresce exponencialmente, mas os serviços permanecem iguais.

Para conseguir controlar todos os problemas identificados nas próximas páginas, será necessário ter a coragem de alterar drasticamente as estratégias políticas e de desenvolvimento económico, protegendo as populações residentes, regulamentando as atividades económicas mais danosas e diversificando a estrutura do tecido empresarial, para conseguir fugir ao ciclo vicioso instalado.

## 2. Principais linhas estratégicas

As principais linhas estratégicas identificadas pela equipa do LIVRE de Lagos, são as seguintes:

- Habitação e Turismo
- Planeamento e urbanismo
- Transportes e Mobilidade
- Gestão da água, agricultura e florestas, e conservação da natureza e biodiversidade
- Diversificação Económica
- Cultura, arte e jornalismo
- Educação e desporto
- Saúde
- Proteção civil
- Ética e bem estar animal
- Transparência e eficiência autárquicas

## 3. Identificação dos problemas mais prementes do Concelho e soluções propostas

### **Habitação e Turismo**

Lagos é uma cidade lindíssima, cheia de uma história ligada aos descobrimentos e às figuras de relevo a ele ligadas, ao comércio com outros continentes, mas também à escravatura. É, ou foi até há poucas décadas, terra de pescadores e agricultores, gente com forte ligação ao mar e à terra. No entanto, Lagos padece também de um sem-número de maleitas, que é urgente atacar e solucionar com a maior brevidade possível.

Lagos é hoje uma cidade gentrificada, que foi tomada de assalto por milhares e milhares de turistas que nos visitam anualmente, e residentes estrangeiros que decidiram que preferem o sol, mar, boa comida e gentileza dos Portugueses, aos climas gelados e chuvosos do Norte.

Esta população estrangeira era, em 2021, cerca de 35% dos residentes, e embora não existam números exatos para a quantidade de turistas no concelho de Lagos, sabe-se que entram no Algarve anualmente cerca de 5 milhões de turistas.

Ora, estas alterações demográficas vieram alterar também profundamente as dinâmicas sociais e económicas da região.

As atividades ligadas ao turismo tornaram-se preponderantes e os preços dos bens de consumo dispararam.

O turismo é uma atividade sazonal, e recorre essencialmente a mão de obra de baixa qualificação, e muitas vezes a mão de obra estrangeira, proveniente de países de baixos recursos, pessoas que aceitam trabalhar e viver em más condições, muitas vezes mesmo degradantes.

A especulação imobiliária cresceu exponencialmente, com os preços tanto da compra quanto do arrendamento a crescer 10% no último ano e cerca de 3,3 vezes desde 2015. A construção de novos fogos passou a dar prioridade aos imóveis de luxo, e as casas que tradicionalmente estariam disponíveis para arrendamento de longa duração passaram a ser usadas quase exclusivamente para alojamento local a preços astronómicos, e para arrendamentos de poucos meses no inverno, mas também a preços astronómicos. Quanto aos incentivos ao arrendamento de longa duração e aos apoios às rendas, estes simplesmente não funcionam. Já os apoios à aquisição de casa só beneficiam quem já tem bastante dinheiro.

Em consequência, os residentes com salários portugueses não conseguem comprar ou arrendar casas, e esta é, seguramente, a situação que mais preocupação provoca no concelho. Há cerca de 3000 pedidos de habitação pública, com tendência a aumentar. O número de fogos que a autarquia prevê construir está nas poucas centenas, e mesmo esses estão a ser construídos a passo de caracol.

Médicos, enfermeiros, professores e funcionários públicos em geral, recusam-se a vir trabalhar na região, a menos que tenham já algum tipo de residência familiar ou herdada. Lagos tem menos médicos e enfermeiros que a região, ou o país. A taxa de suicídios é superior às médias nacional e regional.

Os trabalhadores agrícolas vegetam em armazéns cheios de beliches, os da restauração são alojados aos magotes em cada casa, e estas casas têm muito poucas condições de habitabilidade, porque se tivessem algumas, por menores que fossem, estariam no mercado de aluguer sazonal.

Para uma cidade de **Lagos Mais LIVRE**, é urgente, por um lado, fiscalizar as condições de trabalho e residência dos trabalhadores estrangeiros, garantindo que são tratados com dignidade.

Por outro lado, há que implementar diversas medidas para combater a especulação imobiliária e controlar o alojamento local, como:

- implementar taxas turísticas e direcionar os valores obtidos, para a implementação das políticas de habitação,
- impor um teto ao número de alojamentos locais e hotéis,
- apoiar as cooperativas de habitação,
- facilitar os processos de licenciamento das construções,
- apoiar a autoconstrução ecológica, os equipamentos solares e as comunidades energéticas,
- incentivar a construção ecológica nas zonas rurais com materiais locais e naturais, impermeabilização mínima dos solos, fossas biológicas, cooperativas de energia com e sem autoconsumo, e, furos partilhados sempre que possível,

No que se refere à construção em terrenos rústicos e casas ilegais existentes:

- Legalização daquelas que sejam comprovadamente primeiras e únicas habitações,
- Obrigatoriedade de autonomia energética, na obtenção de água e no tratamento de efluentes líquidos,
- Obrigatoriedade de conformidade com regras mínimas de segurança, mediante investimento dos proprietários, ou de programas de apoio da autarquia;
- Alcançar, pelo menos, 10% de habitação pública a nível municipal, ao longo dos próximos 10 anos,
- Realizar o inventário do património municipal com uso ou capacidade habitacional, na qual conste a descrição do estado de conservação e demais características prediais e construtivas dos imóveis (frações e terrenos), para incorporação na Carta Municipal de Habitação e conhecimento público.
- Determinar a capacidade habitacional do município, incorporando medidas que promovam o aumento da habitação pública e cooperativa,
- Determinar a capacidade habitacional do município incorporando medidas que promovam o aumento da habitação pública e cooperativa,
- Promover um mercado de arrendamento público a preços compatíveis com os rendimentos médios da população, alocando quer o património imobiliário das autarquias para esse fim, quer imóveis devolutos do Estado através da transferência da titularidade dos imóveis para a gestão das autarquias com apoio ao financiamento, para aumentar o parque habitacional público destinado a arrendamento a preços acessíveis e adequados ao rendimento da população,
- Fortalecer as respostas sociais às pessoas em situação de sem-abrigo, ou que tenham de deixar a sua habitação devido a violência doméstica e/ou discriminação devida a etnia/origem, opção de género, ou outras, com base em mecanismos como o Programa Housing First. Cumprir com o estipulado na Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030 com a necessidade de implementação de Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de área geográfica municipal ou intermunicipal. Garantir o respeito pela individualidade e dignidade humana,
- Aumentar o parque público habitacional em diversos bairros do município, e não só naqueles que já são maioritariamente de iniciativa pública, para promover a inclusão e integração de pessoas, o combate à pobreza e a melhoria das suas condições de vida, rejeitando a ideia de segregação em bairros sociais.
- Concretizar a aplicação dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência e verbas do Orçamento do Estado para o contínuo investimento na construção, reabilitação e

conservação da habitação pública, incluindo os Programas Ecológicos de Reabilitação dos Bairros Municipais,

- Rever o regulamento municipal de acesso à habitação pública, a fim de garantir total transparência dos procedimentos concursais e maior eficácia dos critérios para a atribuição de habitação à população mais vulnerável (pessoas pertencentes a grupos populacionais mais fragilizados como pessoas em situação de sem-abrigo, pessoas idosas, famílias monoparentais, pessoas com mobilidade condicionada, etnias e comunidades tradicionalmente discriminadas como a cigana e a comunidade LGBTI+, etc.),
- Garantir a aceitação dos animais de estimação das famílias que tenham ou venham a ter acesso à habitação pública,
- Desenvolver políticas de habitação para apoiar funcionários públicos ou privados dos mesmos setores profissionais (policías, bombeiros, médicos, professores, etc.) deslocados, por meio de subsídios à renda ou vagas em habitação pública, não instaurando um teto de 200 euros como está agora estipulado, pelo menos até se conseguir ter casas disponíveis em numero suficiente para prover as necessidades, nos mercados de arrendamento e compra a custos controlados,
- Promover o apoio do arrendamento com rendas acessíveis e contratos de longa duração em imóveis privados para aumentar o número de frações com rendas acessíveis, através do apoio aos senhorios, seja através de menores contribuições, como o IMI, apoios às rendas, apoios às requalificações de prédios em mau estado, etc.,
- Incentivar também o arrendamento de longa duração das segundas habitações,
- Incentivar e apoiar os senhorios socialmente responsáveis,
- Redução da carga fiscal através da aplicação da taxa mínima permitida do IMI (0,30%) a aplicar pelas Autarquias para habitação permanente das famílias e aos imóveis afetos ao arrendamento de longa duração (10 ou mais anos) com rendas acessíveis.
- Redução das taxas municipais aplicadas a empreendimentos com frações destinadas a arrendamento de longa duração com rendas acessíveis e a projetos de reabilitação e/ou construção de edifícios habitacionais para o mercado não especulativo, a custos controlados ou para arrendamento acessível,
- Implementar mecanismos de Zonamento inclusivo, com a imposição de uma quota até 25% dos fogos ou da área de superfície de pavimento, reservada para arrendamento acessível (ou para habitação pública) em empreendimentos classificados como grandes operações urbanísticas, habitação de luxo, ou hotéis, garantindo diversidade de tipologias e igualdade de utilização dos espaços do empreendimento.
- Reequilibrar as zonas com maior pressão turística sobre o parque habitacional do município, através de revisão do Plano Diretor Municipal, obrigando novos empreendimentos turísticos a providenciar habitação de renda acessível e impedir que novos projetos turísticos convertam frações de habitação existentes em zonas em que o parque habitacional está já muito pressionado,
- Garantir um plano de financiamento para habitação pública para além do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) por forma a concretizar o especificado na Carta Municipal de Habitação de apoio a pessoas em situações habitacionais precárias e aumento da habitação pública,

- Criar o “Balcão da Habitação” municipal, com atendimento especializado sobre questões de habitação e urbanismo, quer presencial, quer digital, para promover a divulgação das Políticas Públicas de Habitação e possibilitar apoio técnico especializado. Este apoio técnico pode ser de âmbito administrativo para acesso aos programas camarários, quer de projeto e jurídico na resolução de problemas individuais e de pequena escala, quer de proteção de pessoas em vulnerabilidade habitacional no acesso à primeira habitação e à proteção no despejo.
- Apoiar as pessoas em situação de precariedade habitacional (despejos, arrendamento informal, situação de sem-abrigo, vítimas de violência doméstica) através da disponibilização de frações inseridas na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário e no acompanhamento na procura de uma solução habitacional condigna,
- Identificar e disponibilizar terrenos e edifícios camarários destinados à habitação não especulativa - cooperativas habitacionais, iniciativas de autoconstrução ou habitação evolutiva, para garantir o acesso à habitação a custos abaixo do preço de mercado. Tornar pública a listagem de património municipal disponível para cedência de superfície.
- Nos edifícios devolutos ou abandonados há mais de uma década aplicar a possibilidade legal de tomada de posse administrativa de edifícios privados, tendo em vista a reabilitação coerciva. Intimar os proprietários, fazer as obras e cobrar, priorizando os edifícios com especial relevância patrimonial.
- Possibilitar a constituição de direito de superfície a longo prazo de edifícios públicos a cooperativas que desenvolvam um modelo de propriedade coletiva e apliquem o regime de construção a custos controlados destinados a arrendamento de longa duração e rendas acessíveis.
- Apoiar as cooperativas habitacionais, de auto construção e habitação ecológica e evolutiva, por forma a capacitar pessoas da sociedade civil ao nível técnico, formativo e institucional.
- Regulamentar e regular a atividade do Alojamento Local (AL) através da alteração e atualização de regulamentos municipais de forma a que seja possível, em frações habitacionais, a implementação de rácios máximos para as licenças de 2,5% de AL por habitação permanente, a criação de índices de pressão turística, a formação e investimento em equipas de fiscalização municipais especializadas, o estabelecimento da caducidade anual das licenças, assim como limitações temporais da atividade em áreas com Declaração Fundamentada de Carência Habitacional.

## Planeamento e urbanismo

Para um concelho de **Lagos Mais Livre**, é preciso:

- Promover “Programas das Veredas” Municipais participativos para a requalificação de vias públicas para que tenham mais zonas de sombra e sejam mais verdes, abertas, seguras e acessíveis.
- combater ao êxodo rural com oferta de transportes e possibilidade de construção de habitação própria de custos controlados,
- recolha de resíduos disciplinada e otimizada, principalmente na

temporada de turismo intenso:

- melhorar a limpeza e higiene urbanas, promovendo a recolha porta-à-porta, selectiva, nas zonas residenciais de baixa e média densidade,
- fazer mais recolha no época alta do turismo,
- obrigar, pela força da lei, os estabelecimentos comerciais a cumprirem a deposição seletiva, impedindo-os de sobrecarregar os contentores e ilhas criados para uso doméstico,
- desincentivar a utilização de plástico descartável
- implementar espaços verdes urbanos florestados e não apenas relvados,
- apoiar mini hortas nas varandas e açoteias, ferecendo plantas dos viveiros municipais para esse efeito, bem como para as hortas urbanas
- implementar hortas urbanas comunitárias,
- completar o Anel Verde
- revitalizar e/ou arborizar:
  - o baldio junto à Porta do Caracol, com cerca de 30 mil metros quadrados e os 3 baldios na zona entre a Câmara e as instalações da Renault, que podem ser devolvidos aos cidadãos e visitantes, ou seja, à comunidade, e que podem até produzir rendimento municipal, dotando-os de estacionamento subterrâneo e à superfície (pago), equipamentos desportivos, áreas e construções concessionadas como cafés, restaurantes e esplanadas, tornando-os espaços que podem gerar retorno financeiro e ao mesmo tempo servir a comunidade com espaços de lazer, desporto, ciclovias, espelhos de água e com árvores para mitigar o aquecimento global,
  - Parque Dr. Júdice Cabral, que pode ser arborizado para usufruto da população e usado para pequenos eventos que não precisem de estruturas de grande dimensão, como festivais de música clássica, de jazz, festivais de teatro contemporâneo ou clássico, etc, à semelhança dos jardins e anfiteatro da Gulbenkian,
- fazer do Espaço Jovem Lagos (antiga escola Gil Eanes), um verdadeiro hub criativo e devolvê-lo à comunidade em pleno, transformando-o também numa fonte de receitas para a comunidade e município:
  - interligando este edifício com o parque e anfiteatro Dr. Júdice Cabral, via Largo Dr. Vasco Garcias, que infelizmente não passa actualmente de um parque de estacionamento selvagem a céu aberto, a menos de 50m de um Imóvel de Interesse Público (a igreja),

- criando um Hub Criativo da cidade - e existiram planos em 2013 para vir a ser reabilitado, até hoje -, à semelhança do que é a LX Factory ou o Hub Cultural do Beato em Lisboa (com a devida aproximação de escala),
- modernizar o espaço para incrementar o seu potencial e área útil; alguns espaços e estruturas necessitam de ser revistos e outros não são sequer utilizados e por isso vão-se degradando,
- usar o pavilhão desportivo e a área exterior do pátio para espectáculos musicais (cobertos e ao ar livre) e outras actividades culturais 'menos institucionais', actividades essas para as quais existem poucos espaços disponíveis na cidade, como é sabido,
- as estruturas circundantes podem ser concessionadas ou arrendadas a privados (gerando receitas) para criação de pequenos negócios de restauração/comércio como padarias ou pastelarias de autor, lojas de artesãos e criativos locais, laboratórios experimentais para músicos e outros criadores, contribuindo assim para transformar o espaço actual em regime de semi-abandono num espaço multidimensional e multicultural, vivo e dinâmico que pudesse ser disfrutado por todos. Os acessos pedonais são excepcionais e há inclusive um parque de estacionamento muito próximo (o parque do anel verde).
- recuperar monumentos como a Igreja da Nossa Senhora do Carmo (das Freiras), que também pode ser usada para eventos culturais
- criar zonas pedonais e cicláveis, preferencialmente em terra batida e ladeadas por árvores e arbustos, em vez das faixas impermeáveis e não integradas na paisagem,
- criar novas centralidades e melhorar a qualidade dos espaços públicos (praças, parques infantis, jardins, etc.) promovendo a sombra e permanência de todos, adequado para as crianças, pessoas com mobilidade condicionada e potenciando a mobilidade pedonal;
- articular os vários modos de transportes públicos e a mobilidade ativa, pedonal e ciclável, como pilar estruturante da vida da cidade e do concelho;
- promover equipamentos inclusivos, intergeracionais e que possibilitem a autonomia de quem deles usufrui.
- promover a adequação da via pública e do edificado público a todas as idades, funcionalidades e condicionamentos físico-motores das pessoas, ao:
  - implementar medidas de desenho inclusivas que possibilitem a autonomia de quem as utiliza;
  - promover equipamentos sociais inclusivos que sejam ponto de

encontro de todos os elementos da comunidade, potenciando a partilha de experiências e a diversidade.

- promover políticas de proximidade, através de iniciativas de “acupuntura urbana” ou “urbanismo tático”, ou seja, intervenções localizadas e pontuais que pretendem resolver um problema mais geral num determinado local, incentivando a participação da população na escolha e tomadas de decisão sobre planeamento urbano e de equipamentos públicos, ao:
  - Dinamizar programas de desenvolvimento da comunidade por meio de sinergias de organizações existentes;
  - Consultar as comunidades para definição das opções de desenho urbano e ocupação do território em fase de concepção do projeto e não apenas na fase final do processo, antes da implementação;
  - Criar estruturas sanitárias públicas, que permitam não apenas a utilização de sanita e lavatório, mas também equipadas com chuveiros, permitindo assim um duche, a quem precisa urgentemente de um e não o pode fazer, por estar longe de casa ou em situação de sem-abrigo.
- revitalizar largos, logradouros, jardins, pátios, e outros espaços públicos ou comuns, através de programação cultural participativa para utilização ou usufruto da população.
- Assegurar que as construções existentes, asseguram as proporções legais de espaços verdes, preferencialmente resistentes à seca, e obrigar a que pelo menos 10% da área reservada à edificação seja ocupada com espaços verdes
- limitar radicalmente a publicidade no espaço público, reduzindo o número e dimensão de *outdoors* e *MUPIs*, entre outros, reduzindo a poluição visual e luminosa que provocam e salvaguardando paisagem e património, bem como a segurança rodoviária e a acessibilidade dos passeios.
- promover o desenho urbano inclusivo de modo a não ser possível a existência de espaços públicos, espaços privados de acesso ao público, e de mobiliário urbano, que impossibilite o descanso ou a pernoita de pessoas em situação de sem-abrigo.
- rever os Instrumentos de Gestão Urbanística e Planos Diretores Municipais para:
  - Reforçar a contenção da expansão urbana e a consolidação das zonas urbanas existentes de modo a recuperar as zonas urbanas e limitar a especulação imobiliária;
  - Garantir que na revisão de Instrumentos de Gestão Urbanística e Planos Diretores Municipais existe uma participação efetiva e informada das populações.
- interditar a circulação automóvel de viaturas particulares de não

residentes ou trabalhadores locais no centro histórico da cidade e oferecer estacionamento gratuito para residentes e trabalhadores locais,

- promover áreas verdes e criar novas centralidades multifuncionais,
- tolerância zero no estacionamento indevido,
- dotar a paisagem e as áreas urbanas de maior resiliência às alterações climáticas através da Estrutura Ecológica Municipal, do ordenamento dos elementos da paisagem (mata, culturas, sebes) e da implementação das infraestruturas necessárias, preferencialmente verdes, para a redução dos riscos naturais (inundações, secas, deslizamento de vertentes, incêndios florestais, sismos etc.) ao:
  - promover o ordenamento da paisagem de acordo com a aptidão ecológica para as atividades humanas e usos do solo que considerem a morfologia do terreno, permitam o correto funcionamento do ciclo da água, protejam o solo da erosão, restaurem a conectividade natural das linhas de água e as funções naturais das zonas adjacentes (p.e. bacias de recepção e leitos de cheia), criando bacias de retenção da água sempre que necessário;
  - promover o planeamento e o desenho de infraestruturas verdes urbanas, a arborização da rede viária, a criação de espaços verdes e hortas urbanas em espaços vazios de edificação, nomeadamente os três baldios existentes na vizinhança da Câmara Municipal e as rotundas de entrada em Lagos, e terrenos agrícolas abandonados, protegendo os solos mais produtivos e promovendo a continuidade verde no tecido edificado, melhorando o microclima, favorecendo a biodiversidade urbana e o recreio, circulação e convívio,
- criar programas 3C Municipais - Casa Conforto e Clima de reabilitação de habitações e património municipal para combater a pobreza energética, melhorar o desempenho energético dos edifícios, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, através do uso de materiais sustentáveis, sistemas mais eficientes e uso de energias renováveis,
- criar programas de reabilitação de habitações e património municipal para adaptação aos riscos sísmicos e de tsunamis da região,
- reforçar o ordenamento do território municipal, considerando as alterações climáticas, a degradação ecológica e ambiental e riscos associados, através da integração de soluções para a adaptação a estes desafios ao atualizar os planos Diretores Municipais,
- integrar os sistemas alimentares e os desafios da sustentabilidade, autonomia e resiliência destes sistemas nos planos de adaptação às alterações climáticas e na atualização dos Planos Diretores

Municipais.

## Transportes e Mobilidade

O concelho de Lagos não padece apenas de falta de habitação, mas também de transportes.

Quem vive fora da cidade de Lagos tem normalmente um autocarro cerca das sete da manhã para Lagos e outro cerca das seis ou sete da tarde para regressar, a menos que viva junto à praia, caso em que, se necessário, há transportes de meia em meia hora, mas apenas na época balnear.

No que diz respeito a comboios, basta dizer que as carruagens velhas das outras linhas vão parar à do Algarve. Os horários são poucos e não há comboios à noite para lado nenhum.

Quer isto dizer que os veículos pessoais são imprescindíveis para quem precisa de ir trabalhar, levar os filhos à escola, ou apenas deslocar-se para lazer ou fazer compras.

Como os salários dos portugueses, ou mesmo dos estrangeiros cá residentes que também cá trabalham, são baixos e os incentivos à compra de veículos elétricos não funcionam, a frota automóvel é normalmente antiga e poluente.

Não existem ciclovias nem vias pedonais, e quanto a interfaces entre comboios, autocarros e aquelas vias, esse é um conceito que ainda não chegou a Lagos.

Para uma cidade de **Lagos Mais LIVRE**, é essencial:

- renovar e melhorar os percursos por ferrovia, através de parceria com a CP e o governo central, garantindo horários para quem estuda ou trabalha ao longo da linha, seja de dia, seja de noite,
- aumentar em muito o número de autocarros que servem as freguesias e os concelhos limítrofes, obedecendo aos mesmos critérios,
- eletrificar gradualmente a frota da autarquia ao longo deste mandato,
- criar percursos pedonais e cicláveis,
- criar interfaces entre estes diversos tipos de transportes,
- tirar a estação rodoviária do centro da cidade,
- ter autocarros urbanos que levem a população às estações, em vez de as estações à população.

- Promover o teletrabalho, os modelos de trabalho híbrido e o trabalho remoto através da criação de locais de *coworking* permanentes ou ocasionais, com vantagens ao nível da mobilidade, reduzindo a procura por habitação e espaços de trabalho, aliviando a pressão sobre os transportes públicos e o tráfego automóvel,
- promover o acesso a serviços públicos de forma digital, especialmente os prestados pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, garantindo apoio e orientação para pessoas com baixa literacia digital,
- fortalecer a inclusão e acessibilidade, criando rampas em todos os passeios e acessos a serviços públicos, vias de circulação privilegiadas para cadeiras de rodas e pessoas com mobilidade reduzida, alargando o Plano Nacional de Promoção das Acessibilidades, e focando na comunicação e informação digital e presencial em formatos acessíveis como Braille, Leitura Fácil e Língua Gestual Portuguesa,
- criar polos descentralizados da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia para apoio aos munícipes, implementando progressivamente a descentralização dos organismos públicos,
- reduzir os limites de velocidade de circulação automóvel dentro das localidades, com o objetivo de priorizar a segurança rodoviária e a vida de utilizadores vulneráveis da via, reduzindo a velocidade máxima de circulação em zonas urbanas para 30 km/h e criando bairros “zonas 20” com velocidade limitada a 20 km/h, bem como retirando a prioridade ao automóvel nas zonas residenciais e ruas de baixo tráfego, disseminando medidas físicas e de gestão para reduzir o tráfego.
- desenvolver e implementar o Plano Municipal de Segurança Rodoviária (PMSR),
- criar protocolos com diferentes agentes que compõem o Sistema de Proteção Civil, com o objetivo de tornar públicos os dados municipais da sinistralidade rodoviária, com georreferenciação dos sinistros ao nível dos arruamentos, em especial dos quais resultem mortos e feridos graves - constantemente atualizados e disponibilizados em formato de dados abertos, com o objetivo de consciencializar a população e de apoiar o poder local no processo de decisão,
- criar uma equipa municipal multidisciplinar para implementar a Visão Zero 2030 e eliminar as mortes e feridos graves em sinistros rodoviários dentro das localidades, com base na análise em detalhe das suas causas,
- restringir o acesso automóvel de não residentes, ou trabalhadores locais, ao centro histórico de Lagos, implementando Zonas de Acesso Automóvel Reduzido e aumentando as ruas pedonais.

- remover todos os obstáculos no espaço público que comprometam a visibilidade, que bloqueiem percursos acessíveis e as linhas de desejo dos peões, como *MUPIs* e publicidades.
- aumentar os tempos de verde nas passadeiras, de forma a permitir que todas as pessoas, nomeadamente com mobilidade reduzida, possam atravessar em segurança.
- reformular as zonas em torno das escolas, criando zonas pedonais e para modos suaves de transporte nas proximidades, especialmente junto às suas entradas, e reduzir a velocidade para 20 km/h onde for permitido circular de automóvel.
- implementar programas de educação e sensibilização nas escolas locais que informem sobre a importância da mobilidade ativa, promovendo atividades práticas como passeios de bicicleta e caminhadas em grupo, com o objetivo de sensibilizar jovens para a mobilidade sustentável,
- promover a segurança rodoviária e reduzir a sinistralidade junto à linha de caminho de ferro, melhorando os mecanismos de segurança nas passagens de nível existentes e criando infraestrutura pedonal paralela nas zonas onde se verifique tráfego pedonal indevido em linhas férreas,
- reconfigurar o desenho do espaço urbano, retirando prioridade ao automóvel, priorizando sempre os peões, mesmo em áreas sem passadeiras, e garantindo que os espaços verdes estejam abertos à circulação pedonal.
  - transformar ruas em zonas exclusivamente pedonais, e nos arruamentos mais largos, colocar passadeiras nos circuitos naturais dos peões, evitando desvios;
  - requalificar espaços públicos, financiando a transformação de praças, ruas e parques para torná-los mais acessíveis e seguros para peões e ciclistas, incluindo a instalação de mobiliário urbano, zonas de descanso e áreas de convivência;
- contemplar, no projeto das novas ciclovias, a requalificação dos passeios paralelos, assegurando a qualidade do pavimento para garantir que a circulação pedonal seja confortável e desincentivar o caminhar nas vias cicláveis, através de um aspecto visual diferenciador e standardizado;
- definir e implementar uma rede pedonal hierarquizada, dando condições de segurança e conforto para todas as pessoas (incluindo as mais vulneráveis como crianças, pessoas idosas, acompanhantes de

- crianças de colo e pessoas com mobilidade condicionada) e incentivando que mais e maiores percursos se façam a pé,
- rever a carta escolar privilegiando o critério de acessibilidade pedonal e de bicicleta entre a residência e a escola, e a criação de planos de mobilidade para cada escola, abrangendo estudantes e profissionais da educação,
  - criar “pedibus” e os “Comboios de Bicicletas” no acesso às escolas para reduzir a dependência do transporte automóvel privado e assegurar a autonomia das crianças e jovens no seu caminho entre casa e escola, garantindo acessos seguros a pé e de bicicleta, e apostando numa rede de transporte escolar.
    - promoção da cidadania nas escolas e a integração na comunidade, focando na autonomia de crianças e jovens nos percursos casa-escola, a pé, de bicicleta e de transportes públicos;
    - o seguro escolar das crianças deve ser válido durante todo o percurso, inclusive na presença de adultos;
    - criação de um serviço municipalizado ou protocolo com organizações da sociedade civil que assegurem o serviço, de forma a não depender inteiramente da disponibilidade dos encarregados de educação e de voluntários,
  - assegurar que o desenho urbano, a geometria dos espaços e a escolha dos materiais sejam adequados para todos os tipos de peões, promovendo a acessibilidade e a inclusão em todo o ambiente urbano,
  - criar Planos Municipais de Adaptação para a Acessibilidade do Espaço Público que coloque metas concretas para a transformação do espaço público e dos edifícios públicos para garantir a acessibilidade universal,
  - conduzir inquéritos à mobilidade pedonal para identificar constrangimentos não reconhecidos e promover a acessibilidade nas vias urbanas, que devem incluir a análise das necessidades de grupos específicos, como mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência. A avaliação deverá abranger todo o trajeto desde a residência até ao destino, assegurando percursos seguros, confortáveis e sustentáveis, que incentivem a utilização de modos de transporte ecológicos e que contribuam para a criação de um ambiente urbano mais inclusivo e verde.
  - disponibilizar uma plataforma online, que permita a qualquer pessoa reportar problemas relacionados com a via pública (estrada, passeios, mobiliário urbano, etc.) de forma direta e pouco burocrática. Assegurar um sistema semelhante nos locais de proximidade (junta de freguesia,

centro de saúde, etc.) a que pessoas com menor literacia informática possam recorrer,

- assegurar a disponibilização de informações sobre o sistema de mobilidade em várias línguas, especialmente nas mais faladas a nível local que são o inglês, francês, italiano, alemão e holandês, promovendo também um serviço de tradução simultânea em várias plataformas, de forma a garantir a inclusão e acessibilidade para todas as pessoas,
- assegurar uma sinalética e comunicação inclusivas, utilizando uma linguagem clara e sistemas de identificação por cores que favoreçam a acessibilidade e a compreensão por todas as pessoas, incluindo pessoas com dificuldades de leitura e perceção visual,
- concretização de uma rede ciclável intermunicipal e urbana interligada que permitirá deslocações úteis para atividades diárias, trabalho, família e lazer. Para o efeito, é fulcral investir em modos de transporte suave e criar mapas cicláveis, que contemplem as ligações entre todas as escolas, grandes equipamentos como Câmara Municipal, Piscinas, Estádio, GNR, etc., polos geradores de deslocações e principais rotas de mobilidade de forma segura para quem delas usufrui,
- promover ações de formação sobre ciclismo e manutenção de bicicletas, direcionadas a pessoas adultas e jovens, para fomentar a utilização segura e sustentável da bicicleta como meio de transporte, através da criação de ciclofornas nas escolas da rede municipal com bibliotecas de ferramentas e máquinas, com o apoio das organizações da sociedade civil,
- criar programas que incentivem a mobilidade sustentável entre casa e trabalho, além de estabelecer condições e incentivos nas escolas e empresas para promover o acesso a esses modos de transporte,
- criar uma rede de bicicletários municipais, que permitam o estacionamento seguro e de longa duração em zonas residenciais com edificado mais antigo mas densamente habitado, recorrendo aos parques de estacionamento público e edificado municipal (quando possível) e junto aos interfaces de transporte público (estação ferroviária, terminal e paragens rodoviárias),
- criar um sistema de bicicletas partilhadas municipal ou intermunicipal, com bicicletas normais e elétricas, adaptáveis às necessidades dos diferentes utilizadores.
- garantir o orçamento e os recursos necessários para cumprir as medidas e metas da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa (ENMA 2020-2030) ao nível municipal,

- incentivar a formação de cooperativas de mobilidade que ofereçam serviços de partilha e de logística urbana de mobilidade suave, com o apoio da câmara municipal, promovendo uma alternativa ao uso do automóvel privado na comunidade.
- propor um orçamento municipal dedicado à mobilidade ativa, com uma meta de alocação de um valor base para a promoção da bicicleta e do caminhar, com base nas necessidades locais,
- estabelecer um sistema de monitorização constante, como redes de contadores de velocípedes, que permita avaliar a eficácia das medidas implementadas em termos de segurança, saúde e satisfação das pessoas, possibilitando ajustes e melhorias contínuas.
- promover o transporte de veículos de mobilidade suave em todos os transportes públicos das redes municipais e intermunicipais, adequando para o efeito e sempre que necessário, as viaturas de transporte coletivo,
- promover uma rede integrada de transporte público intermunicipal que assegure circuitos de proximidade e ligação rápida entre autocarros e comboio, combatendo a segregação urbana através do Programa Cidade Sem Periferias,
- promover a eletrificação das frotas de transporte público e do município:
  - criação de novas linhas e carreiras elétricas (intercidades e urbanos);
  - criar uma rede de pontos de carregamento rápido para transporte público em terminais e paragens – com abastecimento preferencial com energia de comunidades de energia renovável produzida localmente;
  - Produção de energia renovável em terminais, estações e paragens (fotovoltaica, ou eólica), ligadas às comunidades de energia locais onde estas empresas de transportes devem estar incluídas, como produtores e consumidores de energia;
  - em conjunto com as universidades mais próximas e particularmente a do Alarve, que já tem um grupo de investigação a trabalhar o assunto, criar um protótipo de carreira solar, que são viaturas de transporte público terrestre e marítimo, com painéis solares incorporados na cobertura;
  - superar os gastos anuais com consumos de combustíveis fósseis da frota de transportes públicos, com o investimento na eletrificação da rede de transportes dos municípios e comunidades intermunicipais;

- promover a modernização das frotas do município, recorrendo a veículos movidos a fontes de energia renováveis.
- reforçar as carreiras rurais e introduzir nelas a possibilidade do transporte a pedido (dentro do circuito e fora de horários de pico) e a qualquer hora (durante o horário de funcionamento) em territórios de baixa densidade.
- melhorar a acessibilidade aos transportes públicos por meio de:
  - Adaptar o espaço público, nomeadamente as paragens de autocarro, com a instalação de placas com horários, números das carreiras e os respetivos destinos, com letras em relevo e em braille, e que disponibilize informação sonora nos sistemas mais modernos;
  - criar um Plano Municipal de Acessibilidade, incluindo a Acessibilidade Pedonal, e garantir que os passeios e vias de acesso às paragens cumpram as normas legais do regime de acessibilidade,
  - instalar sinalizações sonoras nas paragens de autocarros, e que seja implementado/mantido o sistema de áudio nos autocarros da rede municipal em permanência durante a circulação,
  - modernizar as frotas de transportes e, sempre que possível, adaptar os veículos existentes para acomodar duas ou mais cadeiras de rodas, permitindo que múltiplas pessoas com mobilidade reduzida possam viajar em simultâneo;
  - fazer o levantamento de todos os pontos de acesso à rede de transportes que são neste momento inacessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, como por exemplo, posteletes afixados no meio dos passeios estreitos que não permitem a passagem de cadeiras de rodas ou carrinhos de bebés, a fim de proceder à sua correção e melhoria,
- definir um plano municipal de infraestruturas de transporte e investimento no âmbito do Novo Pacto Verde, articulado com um Plano Nacional de Mobilidade que considere as evoluções tecnológicas e demográficas,
- fomentar a intermodalidade entre todos os modos de transporte, garantindo horários noturnos e flexíveis, e promovendo a qualidade do serviço, desincentivando a posse de automóveis privados em áreas bem servidas por transporte público,
- regular a atividade dos operadores de transporte coletivo urbano, assegurando que cumpram sua função social, garantindo eficácia, abrangência e a qualidade do serviço prestado à população,

- assegurar que, para cada deslocação, seja utilizado o modo de transporte mais adequado, integrando sistemas de transportes flexíveis e a pedido, incluindo táxis, ubers e afins, especialmente em áreas de menor densidade populacional,
- ampliar os passes multimodais existentes, com a inclusão de novos serviços, além da criação de passes multimodais mensais em cada e entre Comunidades Intermunicipais, a preços acessíveis e que abrangam os diferentes meios de transporte,
- incluir o sistema de partilha de bicicletas nos passes multimodais, de forma a permitir uma rápida transferência entre meios de transporte,
- promover sistemas de veículos partilhados que estejam integrados com o transporte público local e os municípios vizinhos.
- reduzir a necessidade de utilização do automóvel particular nas localidades, tanto para residentes quanto para pessoas que lá trabalham e visitantes, melhorando a acessibilidade aos transportes públicos e serviços, ao:
  - melhorar a acessibilidade pedonal e ciclável aos transportes públicos e serviços quotidianos;
  - promover equipamentos intergeracionais e a facilidade de acesso por transportes públicos para promover a autonomia dos utentes;
  - implementar incentivos económicos para a rede de serviços e comércio;
  - qualificar o espaço público e monitorizar as redes de serviços públicos;
  - criar uma unidade técnica que assegure a acessibilidade e avalie o impacto social das decisões sobre os serviços prestados, garantindo a oferta e o acesso a uma rede de transportes públicos intermodais e sustentáveis,
- fomentar a mobilidade elétrica, suave e partilhada, através do aumento da oferta e da criação de uma rede pública de postos de carregamento ligada diretamente às comunidades de energia renovável locais, com o objetivo de acelerar a eletrificação e descarbonização do parque automóvel existente, descontinuando progressivamente a venda de veículos com motor a combustão interna a partir de 2030.
- tornar obrigatória a eletrificação das frotas de Veículos de Animação Turística (*tuk-tuks* e outros), e regulamentar e fiscalizar a sua operação e estacionamento bem como os níveis de ruído emitido, proibindo a sua entrada no centro histórico pedonal e em zonas de acesso condicionado,

- incentivar a criação de Planos de Mobilidade Urbana e Rural Sustentável (PMUS) e a participação da sociedade civil para articular os diferentes meios de transporte, com o Transporte Público no seu centro, com políticas em várias escalas (local, municipal, intermunicipal) e com soluções de curto, médio e longo prazo.
- criar uma Comissão Municipal de Mobilidade e Transportes que seja uma plataforma de participação, com a presença de organizações da sociedade civil e órgãos autárquicos, fomentando a troca de informação, participação e auscultação. Deverá ser formal, regular (trimestral) e transparente.

## **Gestão da água, agricultura e florestas, e conservação da natureza e biodiversidade**

O Município de Lagos é um dos Municípios Portugueses que mais sofre com os incêndios florestais. Ora isto está intimamente relacionado com a má gestão da água, agricultura e florestas, que tem sido uma constante desde há décadas.

A água continua a ser encarada como um bem infinito, e cada vez que há um inverno mais chuvoso, levantam-se logo as vozes que clamam que o aquecimento global, alterações climáticas e falta de água não passam de um mito urbano, uma conspiração. Mas a falta de água no Algarve, e no Barlavento Algarvio em particular, não decorre apenas dos efeitos das alterações climáticas, sendo em larga medida também o produto da má gestão da água, relacionada diretamente com a má gestão da agricultura e florestas.

Em primeiro lugar, a Barragem da Bravura, é uma estrutura completamente obsoleta, que fará 70 anos em 2028, perdeu há muito a sua impermeabilização de fundo, e de onde a água se escoia por todo o lado menos por onde deve. Já os canais de rega do Mira, que se estendem até ao Norte da Freguesia de Aljezur na zona do Rogil, são canais de cimento a céu aberto que escoam para o mar, sem que a maior parte da água chegue a ser aproveitada. Estão previstas obras na Bravura, que já deveriam ter começado durante o primeiro semestre de 2025, para terminar em 2026, mas como é costume nestas obras de grande dimensão, o tempo tem vindo a derrapar, e o orçamento provavelmente também o fará. Estão também previstas obras nos canais, para a sua cobertura e pressurização, que deveriam começar em 2026 após o terminus das obras na barragem, mas dado o atraso nesta obra, dificilmente começarão antes de 2027 ou mesmo 2028. Esta situação é para o LIVRE inaceitável, e devem ser estabelecidos mecanismos a priori, que garantam a execução atempada dos projetos, sob pena de serem aplicadas multas avultadas, se tal não acontecer.

Outra forma de má gestão da água, é a má gestão da agricultura e floresta, bem como a permissão para a instalação de campos de golfe um pouco por todo o lado, numa região que é o oposto climático da Escócia, onde o desporto nasceu. Estas diversas má gestões potenciam também, exponencialmente, a possibilidade de ocorrência de fogos florestais. O Algarve, tal como Alentejo, é uma região seca por natureza, independentemente do efeito

das alterações climáticas, e portanto, o seu coberto vegetal deve ser gerido com bom senso, privilegiando as produções florestais e fruteiras regenerativas em regime de sequeiro, as espécies tradicionalmente locais, mais adaptadas ao clima e aos solos da região, e as consociações que ajudam a impedir o fogo, em vez das resinosas que vemos um pouco por todo o lado, que são verdadeiras tochas que ardem em segundos. Ao invés, assistimos à proliferação de produções agrícolas de regadio em regime intensivo, com espécies que não teriam o mesmo impacto se fossem produzidas de forma racional e sustentável, caso do abacate, e mesmo dos citrinos e azeitona. Não são as espécies que estão erradas, mas sim a maneira como são produzidas.

Para que **Lagos seja Mais Livre** de fogos e escassez de água, é fundamental:

- Pressionar as entidades responsáveis para:
  - Arrancar de imediato com a obras de reparação da Barragem da Bravura e dos canais dos Regantes do Mira,
  - Proceder à reparação das tubagens do sistema de distribuição de água para consumo, evitando assim as mais de 30% de perdas de água nele existentes,
- Apoiar a produção agrícola e florestal regenerativas e familiares, com espécies locais, que preservem a fertilidade e saúde dos solos,
- Desincentivar a instalações de grandes extensões de terreno ocupadas por explorações intensivas de regadio, através da implementação de fiscalização eficaz e de coimas superiores ao que os promotores consideram viável pagar,
- Fiscalizar intensivamente as condições de trabalho e alojamento dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, principalmente direcionada para os que trabalham em explorações agrícolas e na restauração e hotelaria, pois são os mais vulneráveis,
- Não permitir a instalação de mais campos de golfe, e procurar alternativas de veraneio mais amigas do ambiente, apontando para a sua substituição gradual por outras atividades, mais sustentáveis,
- Regulamentar a construção de piscinas de forma a impedir a sua proliferação completamente desordenada, e principalmente a utilização de água para consumo humano no seu enchimento, privilegiando as piscinas de água do mar nas zonas mais costeiras, e o seu enchimento com outras águas no restante território (albufeiras, aquíferos, tanques de recuperação de águas das chuvas, até mesmo águas residuais tratadas desde que a sua qualidade o permita, etc.), mas sempre de forma bem regulamentada e que não prejudique as suas origens,
- Começar rapidamente a reutilizar as águas residuais tratadas para regas e limpezas urbanas, bem como regas de campos de golfe e produções agrícolas,
- Apoiar o aprovisionamento de águas da chuva pelos municípios, e nos edifícios municipais, tanto em ambiente rural através da colocação de tanques e reservatórios de recolha, como em ambiente urbano, sempre que tal seja possível,
- Passar a ter uma equipa camarária de monitorização constante dos nossos aquíferos, que permita a identificação e localização imediatas de intrusões salinas, poluição proveniente de explorações agrícolas, pecuárias e campos de golfe, e rebaixamentos preocupantes dos seus níveis,
- Fomentar a construção de pequenas charcas e açudes para aprovisionamento de água, mas sempre com acompanhamento técnico para que as mesmas não acabem por interferir demais com os cursos de água e a sua salubridade,

- Promoção de um debate alargado sobre novas barragens e transvases, e aferição da sua real necessidade, vantagens e inconvenientes.

No que toca à preservação e recuperação ambientais, e para que **Lagos seja Mais Livre**, há que preservar alguns pontos de interesse icónicos da região e que contribuem para a saúde ambiental da envolvente da cidade e das zonas rurais e costeiras do concelho, nomeadamente:

- Arribas da Ponta da Piedade: devem ser classificadas como zona geológica a preservar, não apenas pelo seu interesse geológico, mas também porque sendo arribas, que estão em contacto directo e constante com a ação do mar, do vento e das tempestades de inverno, são zonas frágeis, sujeitas a erosão intensa que provoca o seu recuo de forma mais ou menos constante, pondo em risco todas as construções já nelas existentes, bem como a vida das pessoas que as usam; são exemplo disso, o restaurante que lá está, e que ainda por cima, era previsto ter sido um centro de interpretação ambiental, bem como o estacionamento gigantesco que está para lá previsto, ao abrigo de uma resolução camarária, que classificou um projeto evidentemente danoso para a zona, como de elevado interesse público, há já mais de 4 anos; este empreendimento deve ser revisto, à luz da geologia local, a construção lá existente deve recuar para uma zona de menor risco e ser de fato transformada num centro de interpretação, com uma construção muito ligeira e facilmente amovível, o parque automóvel previsto não pode de forma alguma ocupar uma zona tão instável, e os passadiços, que embora com vistas deslumbrantes, estão em zonas de arriba muito instável, devem recuar para zonas mais estáveis do promontório.
- Implementação imediata do Plano de Requalificação do Paul de Lagos e recuperação ambiental das zonas ripárias e leitos de cheia da Ribeira de Bensafrim, sob pena de, com o aquecimento global e consequente subida do nível do mar, não tendo a ribeira grande proteção contra cheias, as zonas alagadas no futuro virem a ser ainda maiores do que o esperado, acompanhadas da respetiva destruição de património,
- Criar uma zona protegida de gestão municipal que abranja todo o leito de cheia da Ribeira de Bensafrim dentro do concelho e nos de Aljezur e Monchique através de parceria intermunicipal, criando um corredor ecológico para espécies típicas de ambientes ribeirinhos, e uma zona tampão para possíveis eventos de cheia; as arribas dos dois lados da Ponta da Piedade, estendendo-se para este e oeste, onde hajam arribas, até aos limites do concelho. Com esta medida poder-se-à impedir a construção em cima das arribas, que é perigosa tanto para quem lá vive ou pernoita, como para possíveis passeantes nas praias abaixo,
- Registo fóssil da Praia da Luz: a ponta este desta praia tem um interessante registo fóssil, bem como sinais de atividade vulcânica e movimentações tectónicas, que conjuntamente com outras localizações de elevado interesse geológico nos concelhos vizinhos, permitem aferir acontecimentos geológicos passados, contribuindo para a compreensão da evolução da região, e tendo assim, um elevado valor científico e educacional. Também do lado oeste da praia, há um registo geológico muito interessante, conhecido como calçada de gigante, testemunho de atividade antiga de sedimentação calcária e posterior afloramento e erosão da mesma. Propomos assim, que também esta praia seja alvo de um regime de proteção adequado, não impedindo o uso balnear mas restringindo-o às zonas de

praia onde a sua utilização não desgasta e destrói estes registos, formados há milhões de anos, e que não serão passíveis de recuperação, uma vez destruídos.

- realização de parcerias com entidades chave para a operacionalização de medidas concretas de adaptação às alterações climáticas
- operacionalizar e concretizar o plano municipal das alterações climáticas
- Dotar os edifícios públicos e da Autarquia de fontes de energia renováveis - A publicação do Aviso n.º 01/C13-i02/2021, para apoio à renovação energética dos edifícios da administração pública central, criou oportunidade para promover a modernização energética dos edifícios, através de candidatura ao Fundo Ambiental.
- Criar mais zonas arborizadas com espécies autóctones e de folha persistente (alfarrobeira, sobreiro, aroeira, medronheiro)
- Criar zonas de sombra e frescas, com trepadeiras como a Hera, madressilva e coriola
- Criar refúgios climáticos na cidade e nas zonas rurais
- Criar na zona do auditório municipal de Lagos um espaço verde público regenerativo de lazer, que seja um exemplo de redução e adaptação às alterações climáticas, permitindo simultaneamente espaços para pequenos eventos socio-culturais

## Diversificação Económica

Lagos vive essencialmente do turismo, e este turismo é desenfreado, de massas e sem qualquer tipo de respeito pelas pessoas que cá vivem e trabalham todos os dias. Os alojamentos locais nascem do chão como cogumelos, os grandes empreendimentos turísticos, ocupam todos os metros quadrados disponíveis, os empreiteiros e construtores civis só pegam na habitação de luxo. Toda esta oferta é agarrada com unhas e dentes pelo turista endinheirado, que quando cá chega compra e arrenda casas por muitas vezes o seu real valor, bem como todos os outros bens de consumo e serviços disponíveis. Lagos é assim, um concelho para turistas e residentes ricos, onde não há lugar para quem cá trabalha e auferir um ordenado normal de Portugal. Os trabalhadores turísticos normalmente emigrantes, trabalham muito para além das suas forças na época turística, e ficam desempregados durante o resto do ano. Sabe-se também que o turismo é uma das atividades menos sustentáveis em termos económicos, pois para além de ter uma distribuição de lucros muito desigual, entre patrões e trabalhadores, está sujeita a enormes variações, controladas por externalidades que fogem ao controlo dos operadores, como o clima, modas, guerras, etc.

A outra atividade predominante no concelho é a agricultura intensiva de regadio, que emprega trabalhadores emigrantes, de muito pouca formação, ou que não podem usar a que têm por desconhecimento da língua e falta de equivalências. Também esta é uma atividade sazonal, que explora os trabalhadores até ao tutano durante a primavera, verão e início do outono e os volta a pôr no desemprego quando as culturas deixam de requerer tanta mão de obra.

Finalmente, a pesca, tem alguma expressão na região, mas podia ter muito mais. No entanto é também uma atividade de carácter sazonal, pois ninguém vai para o mar durante as tempestades de Inverno.

Temos assim, uma região cuja economia assente em atividades sazonais e pouco sustentáveis, muitas vezes mal pagas, que empregam pessoas com baixos níveis de escolaridade. No entanto, e de acordo com o INEM, no Algarve, quanto menor a especialização melhor a remuneração, o que pode parecer um contrassenso, mas não é, se pensarmos que são essas profissões pouco especializadas, as que têm maior procura na região. No entanto, o Algarve é também das regiões com maior precariedade laboral, com a média mais baixa de ordenados, com maior abandono escolar, com maior desemprego feminino e com maior incidência de violência doméstica sobre as mulheres.

Urge assim diversificar, sob pena de que estas atividades se autodestruam por autofagia.

Uma via poderá ser a de procurar um turismo de mais qualidade, baseado na ruralidade, em actividades de experiências diversas e participação cidadã em atividades científicas, rurais ou outras, centrado num tipo de turista, que não só reconhece a necessidade de preservar a natureza que temos para lhe oferecer, mas também quer ajudar nessa preservação. Ao mesmo tempo, pode ser revertida a situação da agricultura na região, promovendo os circuitos locais e a produção familiar, em detrimento das grandes extensões de monoculturas intensivas de regadio. Também a pesca artesanal tem interesse, na medida em que é mais uma forma de atividade familiar e de produção e consumo locais.

Outra via poderá ser a da aposta em formação especializada de vários níveis, e em trazer para o concelho projectos tecnológicos de elevado valor acrescentado, que ajudem a fixar os jovens que depois de terminarem a sua formação superior se vão embora por falta de oportunidades na sua terra.

O ideal será provavelmente um misto das duas coisas. Para que **Lagos seja Mais Livre** é portanto, preciso:

- Promover ninhos de empresas de elevado valor acrescentado
- Promover oferta formativa adequada
- Ofertar habitação condigna
- Incentivar a permanência de pessoas com elevado grau de formação profissional e académica
- Implementar estruturas de apoio aos cidadãos nas diversas vertentes, como gabinetes de apoio ao cidadão, mas não só
- Fomentar o empreendedorismo social de reabilitação da cidade e do concelho
- Garantir a equidade na distribuição de riqueza e oportunidades

## Cultura, arte e jornalismo

Lagos é uma cidade que de alguma maneira tem uma vibração artística interessante e interessada. Há inúmeros clubes e associações que tentam promover e divulgar diversas formas artísticas, desde os bordados tradicionais, às formas mais abstratas de arte contemporânea. Há inúmeras escolas e ateliers de danças diversas, há um Conservatório de Música. Dito isto até parece que Lagos é o paraíso dos artistas, mas de facto tal não é e

está até bastante longe. Em primeiro lugar, uma grande parte das atividades é cara, e está planeada para um público de estrangeiros residentes com muito mais dinheiro que a população portuguesa, o que faz com que esta acabe por não poder usufruir delas. Além disso, muitas destas associações e clubes vivem de esmolas que têm de andar a mendigar à Câmara ou à Junta de Freguesia, e a troca das quais têm de manter-se minimamente alinhados com os poderes vigentes. A programação tende a ser, ou completamente erudita, ou completamente popular, ficando uma enorme lacuna, que corresponde essencialmente às camadas jovens, que não querem ir ao quarteto de cordas com a avó, nem ao baile pimba da praceta. Finalmente, não há um fio condutor, pois este devia ser estabelecido pela autarquia, e esta apenas vai libertando uns subsídios aqui e ali, mas não tem nenhuma ação reguladora ou de orientação estratégica. Assim, para que **Lagos se Livre** das amarras mentais em que se encontra é preciso:

- Redistribuição do orçamento da cultura por todas as faixas etárias incluindo os jovens
- Mais apoios para jovens criadores através de Associações como o LAC (e outras) e também com residências artísticas apoiadas pelo Centro Cultural de Lagos e pela CM;
- Incentivos nas escolas primárias e secundárias à criação de 'fanzines' pelos alunos. Fanzines são publicações informais normalmente criadas com recursos limitados e através de simples fotocopiadoras e impressoras e que podem conter entre outras coisas: banda desenhada, ilustração, poesia, ficção, etc.;
- Diversificar as visitas de estudo das escolas do concelho e incluir nessas visitas associações como o LAC, pequenos ateliers de artistas plásticos locais, de olaria, jornais locais e regionais, associações culturais de outro tipo, mas também associações desportivas que fomentem outros desportos que não o futebol ou outros que já não precisam de mais promoção (já chega de futebol...);
- Sugestão aos órgãos de comunicação locais e regionais que implementem uma espécie de 'jornalista por um dia'/'repórter por um dia' e levem jovens estudantes das escolas do concelho a colaborar com esses OCS de forma informal mas estimulante para esses jovens;
- Criação de bolsas de estudo anuais (em regime total ou parcial) em colaboração com o Conservatório de Música e Artes de Lagos para aqueles jovens que já não são abrangidos pelo Ensino Articulado (por questões de idade ou área curricular do curso do secundário) e não têm capacidade financeira para pagar as propinas dos cursos artísticos ministrados pelo CMAL;
- Incentivar as escolas a criar jornais jovens associativos ou publicações do género, nem que seja com tiragens muito reduzidas, que podem até ser integradas no Boletim Municipal, por exemplo;
- Apoiar financeiramente as associações culturais locais que estão em dificuldade por terem sido excluídas dos apoios da DGArtes, por exemplo, e que muita falta fazem para a divulgação da cultura local. Algumas têm projectos importantíssimos em colaboração com as escolas do concelho e estão em vias de acabar por falta de meios financeiros;
- Transformar verdadeiramente a antiga escola Gil Eanes num hub/pólo Cultural e Criativo, à semelhança da LX Factory ou HUB do Beato, dotando-a

de condições espaciais e tecnológicas para esse efeito. Alguns dos espaços podem até ser concessionados a pequenas empresas locais de restauração, livrarias, associações, etc. para que o espaço possa inclusive gerar receitas para a associação que faça a gestão deste equipamento (se não existe, crie-se e contrate-se uma equipa de curadoria e gestão), hub esse que poderia numa fase posterior acolher festivais de música, teatro, residências criativas e até numa fase ainda mais posterior ser a futura incubadora de projectos culturais e sociais de que Lagos tanto precisa para fixar os jovens lacobrigenses e evitar a sua fuga para outras cidades.

- Incentivar e apoiar os artistas de rua durante todo o ano
- Encontrar um espaço para fazer um ninho de artistas, à semelhança do que já fizeram algumas outras autarquias (Peniche por exemplo deu as antigas celas a artistas plásticos locais, para aí fazer os seus ateliers)
- Inventariar os espaços que podem vir a ser aproveitados para espetáculos (ex. anfiteatro ao lado do conservatório de música)
- Centro de Estudos de Lagos - Universidade Sénior: apoiar esta e outra(s) instituição/ões similar(es) de forma a garantir a gratuidade da participação dos seniores do concelho nas atividades oferecidas, e prever a compensação para deslocações aos professores/formadores que tenham de se deslocar para exercerem o seu voluntariado na instituição.
- Apoiar o jornalismo independente e de qualidade, instituindo um prêmio jornalístico que premeie a isenção, honestidade e independência, bem como a adequada escolha de temas que tenham pertinência para o concelho.
- Trazer os museus à rua, através de atividades, em que certas peças e partes dos museus são expostas na rua durante o dia, aumentando a curiosidade de ver o resto das coleções
- Criar um ou vários festivais de artes contemporâneas, que incluam aquilo que os nossos jovens gostam e querem fazer, ou ver fazer, como graffitis, danças urbanas, etc.
- Apoiar todos os clubes e associações artísticas do concelho, dando-lhes apoio financeiro e logístico.

## **Educação e desporto**

Lagos tem um estádio que deveria permitir uma prática desportiva regular e albergar inúmeras associações e clubes desportivos, para nele conseguirem praticar vários desportos. O mesmo se passa com as piscinas municipais, que são um complexo de considerável dimensão, com piscina olimpica, jacuzzi e sauna, piscina de jactos, hidroginastica, ginásio de máquinas e salas para aulas de grupo, bar, ou seja, uma pérola no concelho, que deveria estar totalmente à disposição da população. Infelizmente tal não acontece, e os preços para usufruir das instalações desportivas de Lagos, que foram concessionadas a uma empresa municipal, são caros, e semelhantes aos de instalações privadas. Isto demonstra que os preços praticados não são apenas para ajudar nas despesas de manutenção dos equipamentos, mas sim para produzir lucro. A autarquia promove algumas aulas de grupo, essencialmente disponibilizadas pelas juntas, para idosos e

adultos, mas muito fracos e mesmo pobres, comparativamente com o que a população poderia aceder se as piscinas e Estadio Municipal cobrassem apenas os valores simbólicos essenciais para ajudar na manutenção dos equipamentos. O Livre sugere assim, que, para que Lagos seja Mais Livre:

- Seja repensado o projeto Lagos em Forma, de maneira a garantir o acesso por um valor realmente simbólico, dos cidadãos, a um conjunto de serviços nas instalações do Estadio Municipal e Piscinas Municipais, que incluam aulas de ginástica do tipo express core, treino postural, treino funcional, pilates, yoga, dança, etc., bem como o acesso a um mínimo de horas por semana às piscinas, para treino livre, natação e hidroginastica, e às salas de máquinas desportivas para treinos personalizados, para residentes e trabalhadores do concelho. O acesso deve ser gratuito para pessoas identificadas como sofrendo de carências económicas, e com doenças que prevejam a prática de exercício físico.
- Essas mesmas instalações devem ser cedidas gratuitamente a Associações e Clubes desportivos sem fins lucrativos, para a prática das suas atividade, bem como a associações e instituições de solidariedade social, às forças de segurança e corporações de bombeiros, às escolas e infantários.
- A Câmara deve dispor de técnicos de desporto suficientes para conseguir organizar regularmente passeios a pé e de bicicleta, atividades desportivas para a população como meias maratonads e outras semelhantes.

No que se refere à educação, são vários os problemas identificados, para que **Lagos seja Mais Livre**:

- Em primeiro lugar, o municipio precisava de uma escola nova, feita de raíz, com o ensino básico até ao 9º ano, mas em vez disso foi feita a recuperação da Escola das Naus, o que não resolveu o problema; agora, para o conseguir, será necessário ampliar as outras escolas, ou acabar na mesma por construir outra escola, ou seja acabará sempre por se se gastar mais do que se teria gasto, se se tivesse optado pela construção da nova escola desde o princípio. Neste momento, há que equacionar com muito cuidado todas as opções disponíveis, avaliá-las e escolher a que trazer mais benefícios para a população.
- É também urgente libertar as famílias dos custos associados a creches e jardins de infância privados e portanto, há que implementar uma rede de creches e jardins de infância públicos no concelho para crianças de idade a partir do final da licença de maternidade/paternidade, que permita aos pais retomar as suas funções sem incorrer em despesas que muitas vezes não conseguem comportar
- Educação e Participação juvenil: contribuir para um modelo educacional, baseado no concelho em todas as áreas, e na literacia em questões práticas aplicáveis no dia a dia, como a financeira, a ambiental e marinha, a cidadania participativa, a educação sexual e planeamento familiar, empreendedorismo com ênfase em áreas de alta qualificação,
- O município deve disponibilizar funcionários que garantam que todas as escolas do concelho conseguem participar em projectos nacionais e internacionais de cidadania e literacia, como as Escolas Azuis, as EU Blue School, as Escolas Anti-corrupção, as Escolas Amigas dos Direitos Humanos, os programas ERASMUS, o Prémio Duke

of Edinburgh, o The Earth Prize, entre muito outros disponíveis, em articulação com as associações e clubes locais, e sem com isso, sobrecarregar os professores.

- Aposta na diversificação de ofertas formativas fora do turismo com o apoio de Camara Municipal e Juntas de Freguesia,
- Articulação com ninhos de empresas e bolsas de emprego,
- Promoção da aprendizagem do Português Língua de Acolhimento para imigrantes,
- Apoio à formação de quadros médios fora da agricultura e turismo
- Polo Universitário: Lagos precisa de um Polo Universitário, centrado em atividades de elevado valor acrescentado, preferencialmente tecnológicas, que permitam trazer para a região projetos inovadores, não sazonais, que por seu turno ajudem a fixar a população de maior grau académico no concelho. No entanto, para isso ser possível, é urgente resolver os problemas da habitação e transportes, pois não vale a pena trazer a universidade e não dar aos universitários soluções de alojamento e mobilidade adequadas. Este ponto remete assim, para cima, onde estão referidas as soluções propostas para a habitação e transportes, e acrescenta, para que **Lagos seja Mais Livre**:
  - A construção de residências universitárias para pelo menos 75% da população universitária esperada, incluindo alunos, docentes e funcionários diversos, sendo que o seu acesso e pagamento, ou disponibilização a custo zero ou reduzido, será determinado pelas condições económicas de cada um, como é já normal nas residências universitárias, mas alargado ao corpo docente e demais funcionários.
  - Escolha de um conjunto de cursos altamente especializados, que permitam abrir espaço à implementação de empresas tecnológicas de elevado valor acrescentado.
  - Ter cursos em regime laboral e pós-laboral, de forma a permitir que pessoas já no mercado de trabalho possam aumentar os seus níveis académicos se assim o desejarem,
  - Ter um conjunto de formações, desde a de apenas um ano após o ensino secundário, até aos mestrados, doutoramentos e pós-docs, que permita à população optar pelo nível que melhor se lhe adequa.
  - Garantir que os transportes urbanos, interurbanos e interregionais estão também adequados às aulas nas universidades e que existem tanto de dia, como de noite.
  - Abertura do concelho a outras universidades, para além da do Algarve, cada uma com o seu tipo de especialização, permitindo assim diversificar a oferta formativa, e conseqüentemente, o tipo de tecido empresarial que desejamos para um concelho de **Lagos Mais Livre**.

## Saúde

A saúde é um problema que se torna cada vez mais gritante no país inteiro, e por maioria de razão no Algarve onde a população aumenta exponencialmente na Primavera, Verão e Outono, devido à pressão turística e ao crescimento de trabalhadores sazonais que vêm trabalhar essencialmente na agricultura e turismo.

O Hospital de Lagos, que funcionou até há muito pouco tempo em instalações decrépitas, sem quaisquer condições de salubridade para albergar um hospital, foi recentemente transferido para as instalações de um hospital privado, o Hospital de São Gonçalo, o que de facto constituiu uma melhoria considerável, dado o baixíssimo nível base de qualidade de que vinha. As instalações actuais são boas no sentido em que são modernas, feitas de propósito para albergar um hospital e asépticas. No entanto, este hospital, por muito moderno e bonito que seja, continua a não ter as valências e meios de diagnóstico que deveria ter, sendo neste momento, pouco mais que um serviço de urgência básica.

Ora o conceito One Health, preconiza que a saúde seja abordada de forma holística, em sistemas integrados, que incluem a saúde das pessoas, do ambiente que as rodeia, e dos animais com quem convivem e partilham o planeta. Estes sistemas integrados devem ter enfoque na prevenção, em vez da reacção à doença já instalada, e na promoção da saúde como um todo. Esta abordagem, centra-se na existência de equipas pluridisciplinares, que incluem praticamente todas as especialidades clínicas, da saúde oral à psiquiátrica, da nutrição adequada à obstetria e ginecologia, em que os vários profissionais de saúde de facto se encontram e discutem os seus pacientes, nas suas diversas vertentes, garantindo que os tratamentos são adequados e consideram o utente como um todo e não apenas como um doente cardiaco, ou neurológico, ou outra coisa qualquer. Este tipo de abordagem reduz a necessidade de acesso os serviços de urgência para obtenção de cuidados especializados, cuida e acompanha melhor a doença crónica, e permite diagnósticos muito mais precisos. Para que Lagos seja Mais Livre, é então necessário que da parte do Município:

- Se promovam os cuidados de saúde integrados, através da disponibilização de profissionais de saúde essenciais e do apoio à aquisição de meios de diagnóstico adequados,
- Se promova o apoio às pessoas com doenças crónicas, através da disponibilização de transportes para as consultas e exames necessários, e de um subsídeo extra para medicação nos casos de maior necessidade,
- se apoie o fornecimento dos cuidados continuados necessários,
- se apoie a reintegração dos utentes nas famílias após o período de cuidados continuados, através de apoio domiciliário quer as pessoas estyjem ou não sozinhas em casa, visto que normalmente a família trabalha, e do empréstimo de equipamentos como camas articuladas, cadeiras de subir escadas, suportes para chuveiros, cadeiras de rodas e andarilhos, gruas, etc.
- Se criem centros de dia para idosos que ficam sós em casa durante o dia, ou mesmo os que querem ir para um sítio onde possam socializar,
- Se forneçam transportes de idosos para centros de dia
- Se implementem atividades físicas e intelectuais para os idosos em centros de dia, de cuidados continuados, e mesmo em casa, para que a velhice seja mais ativa física e mentalmente, e com isso, a qualidade de vida seja maior.

## Proteção civil

O Algarve é uma zona onde as alterações climáticas e a localização geológica implicam riscos acrescidos para a população. Temos vindo a observar eventos climáticos extremos

com cada vez maior frequência, que se traduzem em períodos de seca severa e extrema, alternados com períodos de pluviosidade acima do normal, acompanhados de tempestades muito mais severas do que era habitual. Isto traduz-se em falta de água no verão, cheias enormes no inverno, e incêndios florestais nos períodos de maior calor e secura, com perda de colheitas, animais e biodiversidade, casas e bens diversos, e por vezes até vidas humanas.

Por outro lado, a localização do país muito perto da confluência de 3 placas tectónicas, torna o risco sísmico e de tsunami muito elevado, mas o edificado, na sua maioria, não inclui qualquer tipo de técnicas de construção anti-sísmica. Um sismo de magnitude semelhante ao de 1755 não é uma hipótese mas uma certeza para o nosso país, e a pergunta que devemos fazer, não é SE vai acontecer, mas sim, QUANDO vai acontecer. Face a isto, a proteção civil tem de estar preparada e preparar a população, visto que Lagos será certamente das zonas mais afetadas, dada a sua morfologia aplanada na embocadura da Ribeira de Bensafirim, e maior proximidade a um eventual epicentro sísmico.

Assim, para que **Lagos seja Mais Livre** de vítimas humanas e animais, e de perdas de bens, é necessário:

- As equipas de socorro devem:
  - fazer simulacros com a população e não apenas nas escolas
  - disseminar programas de primeiros socorros entre a população
  - ensinar e alertar para a necessidade de manter kits de primeiros socorros, viveres, e bens de primeira necessidade prontos para serem usados em caso de necessidade
- As equipas de socorro devem incluir:
  - planos de resgate animal, médicos e auxiliares veterinários
  - nadadores salvadores
  - cães de resgate para encontrar pessoas em escombros e resíduos pós sismo/tsunami

## Ética e bem estar animal

Lagos não está entre os piores concelhos no que toca à ética e bem estar animal e além disso, muito se tem feito em Portugal nos últimos anos. Tem um canil municipal / CROA que era há já uns anos bastante bom, e foi entretanto ampliado, o município ajuda e apoia as associações de defesa animal e os grupos de cuidadores e cuidadoras do concelho, e a veterinária municipal é competente e amiga dos animais. No entanto, dada a dimensão do problema dos animais abandonados e errantes, esta é uma área em que há sempre mais para fazer. Assim, para que **Lagos seja mais Livre**, é necessário:

- Continuar a apoiar as/os cuidadores informais de colónias e animais errantes
- Continuar a esterilização sistemática dos animais abandonados e errantes
- Alargar o programa CED a cães assilvestrados
- Continuar a apoiar as associações de proteção de animais de companhia, mas também de outros como burros, cavalos, animais das quintas, etc., com a atribuição de terrenos, equipamentos, doação de alimentos, medicamentos e subsídios, para

que possam instalar condignamente os seus abrigos e continuar a fazer cada vez melhor um serviço que é público e da maior importância.

- Efectuar o censo dos animais todos existentes no concelho, independentemente do nível de legalidade das instalações e sem que isso implique qualquer tipo de consequências no caso de instalações ilegais, numa optica de ajudar a melhorar, em vez de castigar pelo que está mal
- Programa de resgate de animais em caso de catastrofes como incêndios, cheias, secas, sismos e tsunamis, baseado nos números e localizações identificados nos censos acima referidos
- Inclusão de médicos veterinários nas equipas de resgate da proteção civil, bombeiros e outras forças de segurança
- Aumento do numero de médicos veterinários e funcionários auxiliares municipais, de forma a permitir 24/24, e 7/7 na disponibilidade para salvamento, resgate e tratamento de animais errantes, abandonados, ou feridos.
- Serviço de cremação de animais, para todos os que não podem arcar com as despesas dos funerais oferecidos no cemitério de animais ao lado do canil municipal
- Autorização de animais de companhia nas casas atribuídas pela autarquia
- Campanhas de sensibilização da população para as necessidades e senciência dos animais, contra os animais acorrentados e em varandas, sobre o que fazer quando se encontra um animal errante, etc - articulação com as escolas
- Programas de apoio a famílias carenciadas detentoras de animais, para a sua alimentação e tratamentos veterinários.
- Programas de sensibilização da população em geral, e nas escolas e edificios publicos, para os benefícios da alimentação de base vegetal, comprovados cientificamente, a desnecessidade de comer a quantidade de carne que os portugueses comem em média, e as consequências ambientais das atividades de pecuária.

## Transparência e eficiência autárquicas

O Município de Lagos padece de uma Burocratite Crónica, acompanhada de Fobia às Mudanças, o que o transforma numa máquina pesadíssima e lenta, onde desde que um pedido de licenciamento, ou uma reclamação, ou mesmo um pedido de informação dão entrada no sistema, até que uma resposta é dada, passa-se uma eternidade, e muitas vezes, quando ela chega já não é pertinente.

Para além disto e talvez devido aos tais elevados níveis de burocracia e aversão à inovação, o Município acaba por carecer de transparência, e não conseguir envolver os cidadãos nas tomadas de decisões que os vão afetar diretamente.

Assim, para que Lagos seja Mais Livre, é urgente:

- Proceder à gravação e disponibilização online das sessões de Câmara e das Assembleias Municipal e de Freguesias, sem cortes nem edições, e ao mesmo tempo, disponibilizar o streaming durante as sessões,
- Organizar orçamentos *verdadeiramente* participativos e implementar as propostas exequíveis e sustentáveis apresentadas pelos cidadãos,
- Promover Assembleias de Cidadãos e de Jovens Cidadãos, com poder deliberativo
- Modernizar, digitalizar e informatizar os serviços e procedimentos da autarquia

- Implementar gabinetes de apoio aos cidadão especializados, com propostas concretas de resolução de problemas e alocações de recursos previsíveis